

Miguel Jorge*

O Brasil que vai ficando para depois

Novos critérios de riqueza colocam País na 31^a posição num ranking de 120 países

"Vivemos o presente e descontamos o futuro a uma taxa muito elevada", afirma o economista e professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Eduardo Gianetti da Fonseca, autor de "O Valor do Amanhã", livro recém-lançado, durante debate sobre a economia brasileira.

A frase justifica uma reflexão quando se discute queda do PIB, superávit primário, política fiscal, metas de inflação e demais questões que envolvem estabilidade e crescimento, pois ela sugere que, "se a eleição fosse hoje", como dizem as pesquisas, os candidatos à sucessão do presidente Lula talvez debatessem os mesmos temas de sempre.

Mais: há décadas, brasileiros que nada sabem de economia têm as mesmas dúvidas nas viradas de ano. Por que os impostos aumentam? Por que a educação melhora pouco? Por que os idosos ainda morrem em filas de hospital? Por que a violência e a criminalidade crescem nas ruas? Por que países muito menores e sem recursos, que há 20 ou 30 anos estavam muito atrás de nós, nos passaram em tudo?

Essas perguntas sempre ficaram no ar e sempre tiveram e têm respostas conflitantes dos políticos e economistas, na medida em que os cálculos do PIB, do superávit primário e de outros indicadores despertam polêmicas entre ministros da área econômica e setores da sociedade.

Por que a Argentina, por exemplo, já consegue nos superar em PIB per capita, considerando-se os itens capital natural, ou recursos não-renováveis, terras férteis e pastagens, além do capital intangível, que inclui o capital humano, isto é, a soma de conhecimentos e habilidades da população, infraestrutura e capital social?



Se não for pelos obstáculos naturais do processo político-econômico, talvez seja pela assertiva de que vivemos o presente e descontamos o futuro a taxas elevadas, como afirma o professor Gianetti da Fonseca.

O fato é que, sai ano, entra ano, e o Brasil que realmente importa para os brasileiros vai sendo deixado para depois, as vantagens que poderia ter são menosprezadas (como o ambiente externo favorável) e os diagnósticos se sucedem, repetitivos, enquanto os brasileiros se desentranham em esforços para melhorar sua qualidade de vida.

Segundo um novo sistema de cálculo da riqueza de um país, definido pelo Banco Mundial, que acaba de produzir o informe "Onde Está a Riqueza das Nações?", cujo subtítulo é "Medindo o capital para o sé-

culo XXI", o Brasil está longe de ser a 11^a economia do mundo – é a 31^a num ranking de 120 países. Não é sequer o mais rico da América Latina, e sim o que ocupa o quarto lugar, atrás da Argentina, do Uruguai e da ilhota caribenha de São Cristóvão e Névis.

Por quê? Porque ainda não venceu as barreiras que ainda impedem um crescimento mais equilibrado. Isto é: independentemente do aumento do PIB, que pode ser medido com várias metodologias – para o Banco Mundial, as atuais não contabilizam recursos e ambiente como bens –, todos os esforços do brasileiro para ter vida digna serão inúteis se o Estado não puder vencê-las. Será mais difícil, embora não impossível, superá-las a partir de 2006, com qualquer presi-

dente eleito, se continuarmos a deixar tudo para depois, ao contrário do que fazem os países mais desenvolvidos.

A menos de um ano da eleição presidencial, ações de governo capazes de mudar profundamente a economia, e sobre as quais os especialistas, em geral, nunca estão de acordo, já ficaram para depois, seja por prioridades equivocadas, desinteresse do Legislativo, redução drástica de gastos, problemas de gestão, etc.

Do mais recente estudo feito pela consultoria McKinsey, uma das empresas mais importantes do mundo nesse segmento, infere-se que o Estado brasileiro age sempre empurrando os problemas para depois, em vez de remover os obstáculos que os causaram.

Por exemplo: enquanto o déficit da Previdência Social tende a crescer e até explodir, conforme dados do IBGE – em 2004 tínhamos 120,1 idosos para cada 100 crianças com menos de 5 anos –, os problemas resultantes vão sendo empurrados com a barriga. Junte-se a isso a crise da educação, da assistência médica e hospitalar, a baixa qualidade do serviço público – 79% dos cidadãos o consideram corrupto, diz a Fundação Getúlio Vargas –, tem-se uma pálida idéia do que os candidatos debaterão em 2006.

As reformas também ficaram para depois – e há várias a se fazer, como a administrativa, a trabalhista, a política, a judiciária, a agrária, etc., que poderiam ter avançado se levássemos a sério os avanços de outros países emergentes; que nos deixam cada vez mais para trás porque sempre temos deixado tudo para um amanhã que nunca chega.

* Jornalista, vice-presidente de Recursos Humanos e Assuntos Corporativos e Jurídicos do Santander Banespa